

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.833 - MG (2019/0353368-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARCOS DINIZ DE JESUS LOPES
ADVOGADO : MARCOS DINIZ DE JESUS LOPES - MG156003
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ALEXANDRE DE SOUZA FURTUOZO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALEXANDRE DE SOUZA FURTUOZO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no *Habeas Corpus* n.º 1.0000.19.129792-8/000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 04/10/2019, pela suposta prática do crime de tráfico ilícito de drogas (fls. 57-60), pois foi surpreendido com 69,50g (sessenta e nove gramas e cinquenta decigramas) de "cocaína" divididos em 13 (treze) invólucros plásticos. O Juízo de primeira instância converteu a prisão em flagrante em preventiva no dia 06/10/2019 (fls. 40-41).

Irresignada com a custódia cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem por maioria (fls. 16-25).

O Desembargador Alexandre Victor de Carvalho, 2º Vogal (vencido), votou pela concessão da ordem a fim de que fosse expedido alvará de soltura em favor do Paciente.

Neste *writ*, o Impetrante sustenta, em suma, a inexistência de fundamentação idônea e dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão processual.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da custódia cautelar com ou sem a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

O Juízo de primeira instância – referendado pelo Tribunal de origem – converteu a prisão em flagrante em preventiva nos seguintes termos (fl. 41, sem grifos no original):

"De efeito, segundo os policiais o conduzido foi abordado em

Superior Tribunal de Justiça

local conhecido por venda de drogas sendo encontrado em seu bolso 13 buchas de substâncias análoga à cocaína e ainda R\$ 380,00 em dinheiro, relatando os policiais que o próprio conduzido afirmou que estava vendendo cada papelote por R\$ 50,00. Portanto, a história do conduzido não condiz com a história narrada pelas testemunhas do APF. A prova, no presente momento, é no sentido da prática, pelo conduzido, em tese, do tráfico de drogas. Não há de se descurar que a quantidade de droga apreendida é bastante relevante, 69,50g de cocaína e o conduzido foi abordado em situação que não pode ser, no presente momento, considerado mero usuário. Tal conduta importa em manifesto risco para a sociedade, mormente para a saúde pública impondo-se a custódia provisória para o fim de se evitar, inclusive a reiteração criminosa, garantindo-se ainda a presença do conduzido no distrito da culpa para regularidade e celeridade da instrução, propiciando ao final efetividade da prestação jurisdicional, tudo nos termos dos arts. 312 e 313 do CPP."

Como é cediço, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os **princípios da excepcionalidade** (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), **provisionalidade** (art. 316 do CPP) e **proporcionalidade** (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida **necessária e adequada** aos propósitos cautelares a que serve, **não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.**

No caso, observa-se que o Juízo *a quo* fundamentou a custódia cautelar em razão da quantidade de drogas apreendidas. Contudo, em juízo de cognição sumária, considerando **a excepcionalidade da prisão preventiva**, entendo que as circunstâncias da prática delitiva – notadamente **a não expressiva quantidade de drogas apreendidas** (69,50g de "cocaína") – não são capazes de evidenciar a necessidade de segregação processual.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS ANÁLOGOS AO DELITO QUE LHE É IMPUTADO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DECRETO DEVIDAMENTE MOTIVADO. TODAVIA, CABIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES

Superior Tribunal de Justiça

ALTERNATIVAS À PRISÃO. PROPORCIONALIDADE, SUFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO. FIXAÇÃO QUE SE IMPÕE. ORDEM CONCEDIDA.

1. Sabe-se que o ordenamento jurídico vigente traz a liberdade do indivíduo como regra. Desse modo, antes da confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça, a prisão revela-se cabível tão somente quando estiver concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, sendo impossível o recolhimento de alguém ao cárcere caso se mostrem inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, previstos na legislação processual penal.

2. Na espécie, a segregação provisória está devidamente justificada, pois destacou o Juízo de piso a necessidade da prisão para a garantia da ordem pública, em razão da reiteração delitiva do paciente, visto que, antes de atingir a maioridade, praticou dois atos infracionais análogos ao crime de tráfico de entorpecentes.

3. **Todavia, a custódia cautelar é providência extrema que, como tal, somente deve ser ordenada em caráter excepcional, conforme disciplina expressamente o art. 282, § 6º, do Diploma Processual Penal, segundo o qual 'a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)'.**

4. Assim, na hipótese, mesmo levando em conta o histórico do paciente, as particularidades do caso demonstram a suficiência, a adequação e a proporcionalidade da fixação das medidas menos severas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. Portanto, considerando (a) ser a prisão a *ultima ratio*; (b) não ter sido o delito praticado mediante violência ou grave ameaça; bem como (c) ser pequena a quantidade de drogas apreendidas (1,36g de crack e 15,94g de cocaína), mostra-se desarrazoada a segregação preventiva, sendo suficiente e adequada a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

5. *Ordem concedida, em menor extensão, para substituir a custódia preventiva do paciente por medidas cautelares diversas da prisão, as quais deverão ser fixadas pelo Juízo de primeiro grau.*" (HC 448.746/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 29/08/2018, sem grifos no original.)

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar, imediatamente, a soltura da Paciente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente a demonstrar a necessidade da medida ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

Superior Tribunal de Justiça

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeira instância, comunicando-lhes o inteiro teor da presente decisão para adoção das providências cabíveis.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, notadamente para que: a) prestem esclarecimentos acerca do **andamento processual** e da atual **situação prisional** do Paciente; b) juntem aos autos todas as eventuais **decisões que decretaram e mantiveram a custódia** processual e a **SENHA de acesso** aos processos que tramitam na **primeira e segunda instâncias**, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora